



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Contabilidade

- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
412	Os serviços de contabilidade permitem o registro a tomada de contas dos agentes responsáveis por bens e dinheiros públicos?	X		30/01/2018	
415	A contabilidade emprega novas técnicas, que permitem ao gestor obter informações sobre o desempenho da entidade na execução dos programas?	X		30/01/2018	
417	O anexo III (Demonstrativo da Receita Corrente Líquida) está sendo elaborado em conformidade com o disposto na LRF art. 53, inciso I?	X		30/01/2018	
421	As prestações de contas das concessões de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades sem fins lucrativos, estão de acordo com as legislações inerentes?	X		30/01/2018	
424	O setor presta contas de recursos recebidos por convênio, observando o prazo estabelecido no próprio convênio?	X		30/01/2018	
425	O setor encaminha mensalmente os balancetes de todas as unidades gestoras à câmara municipal de vereadores? (art. 49 da Lei nº 101/2000).	X		30/01/2018	
426	Nas prestações de contas de entidades, é observado pelo não comprometimento do numerário repassado, com dívidas pré-existente à data do repasse?	X		30/01/2018	
211	É regularmente emitido o livro diário geral da contabilidade, revestido de suas formalidades intrínsecas e extrínsecas, conforme Normas Brasileiras de Contabilidade T. 2.1, aprovada pela Resolução nº 563 de 28/10/1993 e NBC+2, aprovada pela Resolução nº 597 de 14/06/1985, culminando com o estabelecido na Lei 4.320/64?	X			
372	Os dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária estão regularmente sendo transmitidos ao tribunal de contas do estado?	X			
373	Os dados do relatório de gestão fiscal, de acordo com a opção do município, estão sendo transmitidos ao tribunal de contas?	X			
374	O setor apresentou os dados contábeis consolidados do balanço anual à secretaria do tesouro nacional, através da Caixa Econômica Federal em atendimento ao disposto na Portaria nº 109 de 08 de março de 2002 e (art. 51, § 1º da		X		NÃO MAIS NECESSÁRIO

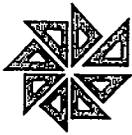


PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Contabilidade

- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
	LRF)?					
375	O setor apresentou os dados contábeis consolidados da gestão fiscal a Secretaria do Tesouro Nacional, através da Caixa Econômica Federal em atendimento ao disposto na Portaria nº 109 de 08 de março de 2002?		X		NÃO MAIS NECESSARIO	
376	O setor apresentou os dados contábeis consolidados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária à Secretaria do Tesouro Nacional, através da Caixa Econômica Federal em atendimento ao disposto na Portaria nº 109 de 08 de março de 2002?		X		NÃO MAIS NECESSARIO	
377	O setor apresentou os dados para a formação do cadastro eletrônico de operações de créditos à Secretaria do Tesouro Nacional, através da Caixa Econômica Federal em atendimento ao disposto na Portaria nº 109 de 08 de março de 2002?		X		NÃO MAIS NECESSARIO	
382	As notas de empenhos possuem especificação suficiente de acordo com a Lei 4.320/64, art. 61?	X				
383	As notas de empenhos possuem assinaturas do ordenador da despesa em conformidade com a Lei 4.320/64, art. 58?	X				
387	A contabilidade mantém a escrituração contábil de acordo com os arts. 83 a 100 da Lei 4.320/64?	X				
389	O setor mantém a escrituração contábil atualizada em todas as unidades do município? (art.83 e 85 da Lei 4.320/64).	X				
393	Os documentos contábeis permanecem arquivados pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados da data da publicação da decisão definitiva ou terminativa, no Diário Oficial do Estado, protocolada pelo Tribunal de Contas, cujo aresto lhe diga respeito?	X				

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO**

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

DEZEMBRO/2017

Página 3 de 8

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Contabilidade**

- DESPESA						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
391	É observado para a não contabilização de despesas estranhas à competência municipal, tais como: a) despesas com manutenção de imóveis para ocupação e funcionamento de órgãos não pertencentes à administração municipal; b) despesas com manutenção de imóveis ou serviços que beneficiem direta ou indiretamente qualquer pessoa física; c) despesas com manutenção de veículos não pertencentes à frota da administração municipal; d) despesas com juros e multas moratórias relativas a pagamento de água, energia elétrica, telefone, previdência e outras despesas estranhas à competência municipal?	X				
392	O setor de contabilidade observa para que toda despesa antes de ser realizada, que seja emitido empenho prévio? (art. 60 da Lei 4.320/64).	X				
- ADIANTAMENTOS						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
394	As diárias são procedidas de roteiro de viagem e comprovante documentalmente que deu benefício da mesma?	X				
- SISTEMA DE PESSOAL (ATIVO E INATIVO)						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
261	O setor encaminhou a declaração de bens dos comissionados e agentes políticos aos órgãos de fiscalização externa, até o final do mês seguinte das nomeações, posse, exonerações, fim de mandato e anualmente até quinze dias após apresentação da declaração de bens à Receita Federal? (Lei Federal nº 8.730/93).	X				



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO
Contabilidade

- AÇÃO GOVERNAMENTAL						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
122	O poder executivo disponibilizou ao poder legislativo e ao ministério público os estudos e estimativas das receitas que irão integrar o Projeto de Lei Orçamentária? (art. 12, § 3º da l.r.f, 101/2000).	X				
124	O poder executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre nas audiências públicas? (art. 9º, § 4º da LRF)	X				
126	O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias foi encaminhado ao poder legislativo, dentro do prazo legal, onde o mesmo deverá ser devolvido para sanção até o encerramento do 1º período da sessão legislativa?	X				
128	Se verificado que a receita não comportará o cumprimento das metas, foi promovido por ato próprio a limitação de empenho e movimentação financeira, conforme critérios fixados na LDO? (art. 9º da LRF).	X				
130	Encaminhou-se o Relatório Resumido da Execução Orçamentária ao setor competente para dar ampla publicação e divulgação? (art. 52 combinando com o art. 63 da LRF)	X				
131	Encaminhou-se o relatório de gestão fiscal ao setor competente para dar ampla publicação e divulgação? (art.54 combinado com art. 55 § 2º e art. 63 da LRF)	X				
133	Os relatórios diários emitidos pelo sistema eletrônico, estão sendo arquivados em livro próprio com termo de abertura e encerramento de acordo com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade?	X				
400	Na elaboração da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), são observados dados, com base na legislação vigente, em especial ao PPA (Plano Plurianual), e posteriormente encaminhado ao poder legislativo dentro do prazo legal?	X				



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

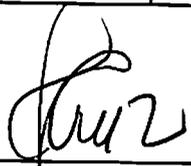
DEZEMBRO/2017

Página 5 de 8

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA**

**PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO
Contabilidade**

- INFORMAÇÕES E DIVULGAÇÃO					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
158	O sistema de informação tem por objetivo evidenciar as receitas obtidas e as despesas realizadas, observando os respectivos fatos geradores e o possível co-relacionamento existente entre ambos, bem como evidenciar desvios a fim de que medidas corretivas sejam providenciadas?	X			



JOSE CRUZ DOURADO
CONTADOR

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO**

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

DEZEMBRO/2017

Página 6 de 8

PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - BA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO**Contabilidade**

- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
1	É regularmente emitido um Livro Diário e Razão, atualizado e adequado, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, com as normas estabelecidas na Lei 4.320/64 e demais legislação pertinente?	X		30/01/2018		
5	A guarda dos Livros ou Fichas de Controle Orçamentário, do Diário, do Razão, do Caixa, dos Boletins de Tesouraria e dos Livros da Dívida Ativa está sendo feita nos arquivos do órgão ou entidade?	X				
6	Os Livros informatizados estão devidamente impressos, encadernados e assinados pela autoridade competente?	X				
8	Os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal da Lei Complementar nº 101/00 são publicados dentro dos prazos exigidos?	X				
- ADIANTAMENTOS						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
61	Existe regulamentação legal definindo as condições para realização de despesas sob regime de adiantamento e as regras para a sua concessão e prestação de contas?	X				
62	Existe ato administrativo definindo quem poderá ser supridor e a forma de prestação das contas relativa ao adiantamento, conforme Resolução do TCM?	X				
- BENS EM ALMOXARIFADO						
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.	
31	O valor total do estoque apurado no encerramento do exercício ou da gestão financeira vem sendo registrado no sistema patrimonial?	X				



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

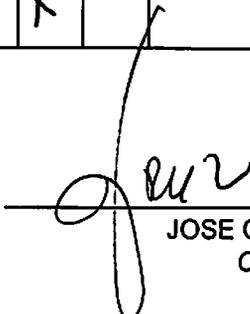
TCE - BA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Contabilidade

- DOAÇÕES, SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES CONCEDIDOS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
64	As entidades que receberam recursos deles prestaram contas dentro dos prazos regulamentares?	X			
66	É emitido parecer sobre a regularidade ou não da prestação de contas da entidade civil beneficiada?	X			

- AÇÃO GOVERNAMENTAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
86	Existem registros de controle do cumprimento das metas previstas no plano plurianual?	X			



JOSE CRUZ DOURADO
CONTADOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

DEZEMBRO/2017

Página 8 de 8

PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - SP

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Contabilidade

- CONTROLE DA DÍVIDA ATIVA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
608	AS RECEITAS ORIGINADAS PELA INSCRIÇÃO DE COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA, APÓS O SEU INGRESSO É BAIXADA NOS CRÉDITOS LANÇADOS NO SISTEMA PATRIMONIAL?	X		30/01/2018	
631	HÁ IGUALDADE ENTRE OS VALORES ANALÍTICOS DO SETOR DE DIVIDA ATIVA E OS SINTÉTICOS QUE FIGURAM NO BALANÇO PATRIMONIAL?	X		30/01/2018	

JOSE CRUZ DOURADO
CONTADOR

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO****PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Compras**

- DESPESA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
289	São publicadas, mensalmente em órgão de divulgação ou em quadro de aviso de amplo acesso público, a relação de todas as compras feitas pela administração direta ou indireta, conforme art. 16 da Lei nº 8.666/93?	X		10/01/2018	
290	As compras são feitas com sua devida e adequada característica dos objetos e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento? (art.14, da Lei nº 8.666/93)	X		10/01/2018	
291	As notas fiscais, para fins de comprovação de despesas públicas, indicam: I - data de emissão, nome e endereço da repartição destinada; II - a discriminação precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitem sua perfeita identificação; III - os valores, unitários e total, das mercadorias e o valor total da operação?	X		10/01/2018	
292	Os documentos comprobatórios de despesas, estão preenchidos com clareza e sem rasuras que possam comprometer a sua credibilidade?	X		10/01/2018	
293	As notas fiscais relativas a conserto de veículos, possuem a identificação do número da placa e a quilometragem registrada do hodômetro?	X		10/01/2018	
294	O setor de compras, previamente verifica a existência de créditos ou recursos orçamentários para a realização de despesas? (art. 167, inciso II da Constituição Federal).	X		10/01/2018	
295	Os comprovantes das despesas realizadas são identificados com carimbo ou declaração do recebimento do material e/ou do serviço executado, com identificação do responsável pelo recebimento?	X		10/01/2018	
296	Nas compras de bens, mercadorias e serviços efetuados pela administração é feita a verificação da situação do fornecedor perante a fazenda municipal e com as obrigações previdenciárias e sociais?	X		10/01/2018	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Compras

- LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
298	É observado na contratação entre o município e empresas, que os seus acionistas não tenha vínculos de parentesco, ligando-os a agentes da administração municipal? (art. 9º inciso III da Lei nº 8.666/93 e Lei orgânica municipal).	X		10/01/2018	
320	Todo processo de realização de despesa é emitido ordem de compra/serviços para emissão de empenho prévio?	X		10/01/2018	


ELIANA MARIA PIVA AMADIO
CHEFE DE COMPRAS

Eliana Maria Piva Amadio
Chefe seção Material e Patrimônio
RG 15.648.763



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Patrimônio

- BENS PATRIMONIAIS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
349	Existe normatização sobre o que é considerado bem para fins de incorporação patrimonial?		X	10/01/2018	O setor de patrimônio encontra-se em fase de normatização.

- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
369	Os valores de bens móveis e imóveis, quando na realização da despesa, estão sendo registrados no sistema patrimonial, atendendo os princípios contábeis?	X		10/01/2018	


Eliana Mana Piva Amadio
Chefe seção Material e Patrimônio
RG 15.648.763

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Patrimônio**

- BENS PATRIMONIAIS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
337	O setor de patrimônio, vem providenciando regularmente os registros legais do tombamento de bens móveis e imóveis, considerados de interesse artístico, cultural ou de valor histórico para o município?	X		10/01/2018	
338	O setor vem promovendo os atos necessários à escrituração e registro dos bens imóveis?	X		10/01/2018	
339	O setor de patrimônio, vem promovendo o recebimento, tombamento, identificação, cadastro, avaliação, reavaliação, incorporação e baixa de bens patrimoniais?	X		10/01/2018	
340	O setor de patrimônio e almoxarifado vem elaborando laudos de avaliação dos bens e materiais inservíveis, promovendo a devida alienação, na forma da lei?	X		10/01/2018	
341	Os bens do município estão todos etiquetados ou marcados com o número de tombamento?	X		10/01/2018	
342	São efetuados anualmente levantamentos físicos de localização dos bens para verificação da confiabilidade das informações?	X		10/01/2018	
343	O setor possui registros dos bens permanentes com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração de acordo com o art. 94 da Lei nº 4.320/64?	X		10/01/2018	
344	O setor tem levantado os bens móveis e imóveis, tendo por base o inventário analítico, com a descrição física / financeira do bem, para fazer-se a conferência com a escrituração contábil? (art. 96 da Lei 4.320/64)	X		10/01/2018	
345	Os relatórios dos bens patrimoniais contêm as assinaturas dos responsáveis pela guarda de tais bens?	X		10/01/2018	
346	O município possui elenco de contas, das incorporações patrimoniais, registrando a natureza do bem, grupo, classe, identificador individual, os bens em situação pendente, os bens cedidos e os bens em manutenção?	X		10/01/2018	
347	O município possui servidor(es) responsável(is) pelo patrimônio da prefeitura municipal?	X		10/01/2018	
348	Todos os bens são identificados em local de fácil visualização?	X		10/01/2018	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO****PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Patrimônio**

- BENS PATRIMONIAIS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
350	Todos os servidores são instruídos sobre procedimentos básicos, de controle dos bens patrimoniais, e os setores dispõem orientações de formulários de transferências de bens patrimoniais?	X		10/01/2018	
351	O sistema de patrimônio permite o cadastro com a descrição completa do bem; (nota fiscal, empenho, características, localização, reavaliações, reformas, etc)?	X		10/01/2018	
352	Os bens são classificados, quanto o seu estado de conservação como ótimo, bom, razoável ou inservível como: ocioso, recuperável, antieconômico, irrecuperável?	X		10/01/2018	
353	Existe documentação de todos os bens móveis e imóveis cedidos ao município?	X		10/01/2018	
354	Os bens inservíveis são recolhidos ao almoxarifado, e todas as baixas são informadas ao setor de contabilidade?	X		10/01/2018	
355	As transferências de bens de um setor para outro são autorizadas pelo responsável pelo patrimônio da prefeitura municipal?	X		10/01/2018	
356	O cadastro dos bens, possui as informações necessárias, a identificação do bem desde sua origem até o destino final?	X		10/01/2018	
357	Todos os bens móveis e imóveis, doados, cedidos ou alienados são legalmente autorizados, contabilizados e baixados do patrimônio?	X		10/01/2018	
358	Quanto aos bens permutados são autorizados por lei específica?	X		10/01/2018	
360	No recebimento de bens móveis e imóveis doados por ente da federação, associações civis, assistenciais ou mesmo pessoas físicas ou jurídicas, é realizada mediante autorização legislativa, em atenção ao princípio da legalidade? (art. 37 da Constituição Federal de 1988).	X		10/01/2018	
361	Na entrega de cargo pelo sucedido a seu sucessor, estão sendo providenciados os seguintes documentos: - livros próprios (informatizados), registrando o inventário atualizado dos bens patrimoniais existentes?	X		10/01/2018	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO
Patrimônio

ELIANA MARIA PIVA AMADIO
CHEFE COMPRAS E PATRIMÔNIO

Eliana Maria Piva Amadio
Chefe seção Material e Patrimônio
RG 15.648.783



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - BA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Compras

- DESPESA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
74	As descrições e especificações são lançadas, de forma clara e detalhada, nas Notas de Empenho, Notas Fiscais, Recibos, cotações de preços, nos casos de aquisições por dispensa de licitação, e outros documentos similares?	X		10/01/2018	
77	Na aquisição do bem ou serviço é analisada a caracterização do interesse público?	X		10/01/2018	
- LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
40	O órgão ou entidade mantém cadastro atualizado de empresas que forneçam materiais ou equipamentos?	X		10/01/2018	
- OBRAS PÚBLICAS, INCLUSIVE REFORMAS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
56	Ocorrem requisições de materiais, bem como remanejamentos dos excedentes de ou para outras obras?	X		10/01/2018	

ELIANA MARIA PIVA AMADIO
CHEFE DE COMPRAS

Eliana Maria Piva Amadio
Chefe seção Material e Patrimônio
RG 15.648.763



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - BA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Patrimônio

- BENS PATRIMONIAIS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
21	São realizados inventários físicos periódicos dos bens patrimoniais em períodos não superiores a (01) um ano?	X		10/01/2018	
22	Os bens de natureza permanente receberam números seqüenciais de registro patrimonial para identificação e inventário, por ocasião da aquisição ou da incorporação ao patrimônio?	X		10/01/2018	
23	A numeração foi efetuada mediante gravação, fixação de plaqueta ou etiqueta apropriada e carimbo, no caso de material bibliográfico?	X		10/01/2018	
24	Os bens estão registrados em fichas ou livros de inventário, dos quais constem data de aquisição, incorporação ou baixa, descrição do bem, quantidade, valor, número do processo e identificação do responsável por sua guarda e conservação?	X		10/01/2018	
25	Existem arquivos de notas fiscais para bens móveis?	X		10/01/2018	
26	Existem termos de responsabilidades sobre um bem ou sobre um lote de bens?	X		10/01/2018	

ELIANA MARIA PIVA AMADIO
CHEFE COMPRAS E PATRIMÔNIO

Eliana Maria Piva Amadio
Chefe seção Material e Patrimônio
RG 15.648.763



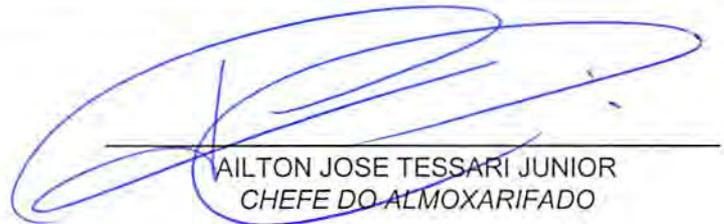
PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - BA

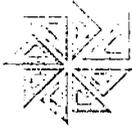
PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Almoxarifado

- VEÍCULOS E COMBUSTÍVEIS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
35	Existem fichas de registros de veículos contendo informações sobre marca, cor, ano de fabricação, tipo, número da nota fiscal, modelo, número do motor e do chassi, placa e número de registro no Detran?	X		09/01/2018	
36	O abastecimento de veículos e equipamentos é feito através de autorizações devidamente regulamentadas?	X		09/01/2018	
37	O controle de quilometragem e abastecimento é feito através de mapas de controle?	X		09/01/2018	
38	Existem mapas de controle do desempenho dos veículos para a promoção de revisões e/ou manutenções?	X		09/01/2018	
39	Existe controle sobre reposições de peças em veículos, incluindo-se pneus?	X		09/01/2018	



AILTON JOSE TESSARI JUNIOR
CHEFE DO ALMOXARIFADO



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - BA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Almoxarifado

- BENS EM ALMOXARIFADO					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
27	Existem arquivos de registro de materiais e bens que, processados em fichas ou magneticamente, contendo a data de entrada e saída do material, sua especificação, sua quantidade e custo e sua destinação, com base nas requisições de materiais?	X		09/01/2018	
28	É utilizado documento padrão para a requisição de material?	X		09/01/2018	
29	Existem normas definindo quais os responsáveis pelas assinaturas das requisições de material?	X		09/01/2018	
30	Os níveis de estoque são controlados e atualizados sistematicamente?	X		09/01/2018	
32	As condições de acondicionamento de bens e materiais, no que concerne à segurança, iluminação, ventilação, etc., são adequadas?	X		09/01/2018	
33	É feito registro diário das entradas e saídas do almoxarifado bem como confeccionados balancetes mensais?	X		09/01/2018	
34	Existe controle das compras e aquisições de bens e serviços, seja através de boletins de medição de serviços, seja mediante a aferição da quantidade e qualidade do bem entregue?	X		09/01/2018	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO

RUA VEREADOR JUVENAL LEME MOURAO

CNPJ: 44.751.725/0001-97

Relatório Preenchido

DEZEMBRO/2017

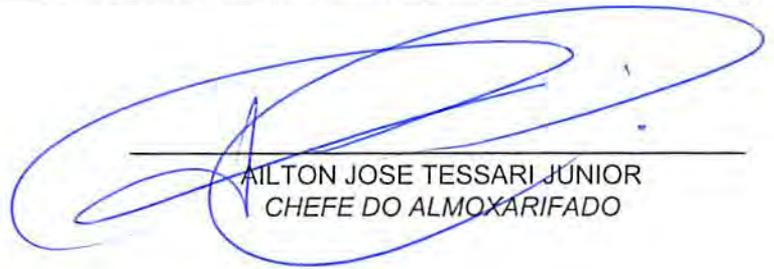
Página 1 de 3

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA**

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Almoxarifado

- BENS EM ALMOXARIFADO					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
359	O setor mantém controle adequado do consumo de combustíveis e lubrificantes?	X		09/01/2018	



AILTON JOSE TESSARI JUNIOR
CHEFE DO ALMOXARIFADO

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO**

Departamento de Licitação

- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
396	O setor disponibilizou na "homepage" do TCE das comunicações ratificadas pelas autoridades superiores sobre contratos e seus aditivos, até o trigésimo dia de sua ocorrência? (art.1º inciso V, § 5º da Lei Federal nº 9.755/98).	X		30/01/2018	
397	O setor disponibilizou até o 5º (quinto) dia útil, na "homepage" do TCE, os resumos dos instrumentos de contratos ou seus aditivos assinados no mês anterior? (caput do art.26, art.61, parágrafo único, art. 62 § 3º, arts.116,117,119,123 e 124 da Lei nº 8.666/93 combinado com o art.1º inciso V § 5º da Lei Federal nº 9.755/98).	X		30/01/2018	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Departamento de Licitação**

- LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
197	Os contratos são protocolados e numerados em ordem seqüencial com referência ao ano e demais especificações contratuais exigidas?	X		30/01/2018	
198	Os contratos são registrados em livro próprio ou arquivo magnético, em ordem cronológica, contendo o número de referência, ano, data, CPF ou CNPJ do contratado e o objeto pertinente?	X		30/01/2018	
297	É observado na emissão de certificados de registros cadastrais a fornecedores, que toda a documentação apresentada seja original ou cópia autenticada em observância ao previsto no art. 32 da Lei nº 8.666/93?	X		30/01/2018	
300	Em atendimento ao art. 34 § 1º da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, o setor procede anualmente, através da imprensa oficial e de jornal diário, o chamamento público para a atualização dos registros existente e para ingresso de novos interessados?	X		30/01/2018	
301	Os órgãos e entidades da administração pública que realizam freqüentemente licitações, mantêm registros cadastrais para efeito de habilitação?	X		30/01/2018	
302	O processo licitatório é iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, conforme art. 38 da Lei 8.666/93?	X		30/01/2018	
303	O setor tem observado as modalidades de licitação, tendo em vista o valor estimado da contratação de serviço e aquisição de bens, em conformidade ao art. 23 da Lei Federal nº 8.666/93?	X		30/01/2018	
304	A administração (setor de licitações), fornece todos os elementos e informações necessárias para que os licitantes possam elaborar suas propostas, quando adotada modalidade de execução de empreiteira por preço global? (art. 47, Lei 8.666/93).	X		30/01/2018	
305	Em cumprimento ao art. 51 da Lei 8.666/93, existe uma comissão permanente ou especial com no mínimo 03 (três) membros, sendo que 02 (dois) desses, sejam responsáveis pelo órgão da administração de licitações?	X		30/01/2018	
306	Os contratos elaborados por este setor estabelecem todas as cláusulas necessárias, cumprindo dessa forma o art. 55 da Lei Federal nº	X		30/01/2018	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Departamento de Licitação**

- LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
	8.666/93?				
307	São elaborados contratos, nos casos de concorrência e de tomada de preço, bem como nas dispensas e inexigibilidades de modalidade de licitação?	X		30/01/2018	
308	As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviço obedecem ao disposto no art. 7º da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993?	X		30/01/2018	
309	Quanto na habilitação para participação em licitações, exige-se aos interessados, a documentação conforme consta os arts. 27 a 32 ambos da Lei Federal nº 8.666/93?	X		30/01/2018	
310	Os editais de licitações contêm em seu preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada, e todos os demais itens mencionados no art.40 da Lei Federal nº 8.666/93?	X		30/01/2018	
311	As licitações são processadas e julgadas com observância nos procedimentos do art. 43 da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993?	X		30/01/2018	
312	As alterações de contrato, seguem as devidas justificativas, regidas pela Lei Federal nº 8.666/93, art. 65?	X		30/01/2018	
313	São observados os artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93 quando se trata em rescisão de contrato?	X		30/01/2018	
314	A investidura dos membros da comissão de licitações está regular conforme art. 51 § 4º da Lei nº 8.666/93?	X		30/01/2018	
315	Na modalidade de convite, existindo na praça mais de 03 (três) possíveis interessados, é realizado o rodízio dos convidados na realização do mesmo objeto licitado? (art. 22 § 6º da Lei nº 8.666/93).	X		30/01/2018	
316	O setor realiza regularmente processos de licitação para compras, serviços e obras que caracterizam o mesmo objeto? (art. 37 inciso XXI da Constituição Federal).	X		30/01/2018	
317	As justificativas de dispensa ou inexigibilidade de licitação para despesas, têm amparo na legislação em vigor, e se caracterizam em despesas sem licitação? (art.167 inciso II da	X		30/01/2018	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO****PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Departamento de Licitação**

- LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
	Constituição Federal de 1988).				
318	Os registros cadastrais das empresas são mantidos em lugar adequado e apresentam toda a documentação exigida pela legislação? (arts. 36 § 1º e 37 da Lei nº 8.666/93).	X		30/01/2018	
319	É observado na contratação de obras e serviços que o preço está de acordo com os praticados no mercado? (art.6º incisos IX e X e art. 7º da Lei nº 8.666/93).	X		30/01/2018	
321	A administração dispõe de comissão permanente para analisar, admitir e excluir fornecedores do cadastro municipal de fornecedores?	X		30/01/2018	
322	As compras e serviços obedecem aos limites previstos para cada uma das modalidades de licitações?	X		30/01/2018	
323	Os processos de licitação têm seus procedimentos, nas fases externa e interna, na forma prevista no art. 38 da Lei nº 8.666/93?	X		30/01/2018	
324	Os processos de licitação, especialmente, os editais e as minutas de contrato administrativo estão sendo analisados por advogado (jurídico do município), e contém parecer do mesmo?	X		30/01/2018	
325	Os procedimentos, as decisões da comissão de licitação e a homologação da mesma, estão estritamente vinculadas às normas e condições do edital?	X		30/01/2018	
326	O processamento das licitações, observa e cumpre os procedimentos previstos no art. 43 da Lei nº 8.666/93?	X		30/01/2018	
327	Nos contratos administrativos são incluídas as cláusulas necessárias, previstas no art. 55 da Lei nº 8.666/93?	X		30/01/2018	
328	Os processos de licitações, suas modalidades, os contratos administrativos, e os convênios são numerados cronologicamente?	X		30/01/2018	
329	Os termos aditivos aos contratos administrativos, estão em conformidade com as disposições do art. 65 da Lei nº 8.666/93?	X		30/01/2018	
330	Em cumprimento ao art. 77 da Lei nº 8.666/93, existe processo administrativo para apuração de responsabilidade dos contratados, para aplicação	X		30/01/2018	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Departamento de Licitação

- LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
	de penalidades?				
334	A permissão remunerada de uso de bem público, é procedida de licitação, de acordo com as regras estabelecidas na Lei n° 8.666/93?	X		30/01/2018	

- OBRAS PÚBLICAS, INCLUSIVE REFORMAS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
564	Todas as obras e serviços de engenharia licitados e as obras e serviços de engenharia objetivo de dispensa ou inexigibilidade de licitação, cujo valor seja igual ou superior ao estabelecido para a realização de licitação na modalidade convite, estão sendo informados aos órgãos de fiscalização?	X		30/01/2018	

- AÇÃO GOVERNAMENTAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
206	Na efetivação dos contratos junto a pessoas jurídicas, é solicitada a certidão negativa de débito com a previdência social? (art.195 § 3º da Constituição Federal).	X		30/01/2018	



MARIA LUIZA B. V. ZABAGLIA
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - BA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Departamento de Licitação

- DESPESA					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
78	São feitas consultas às bases de dados dos órgãos fazendários quanto à regularidade cadastral dos fornecedores e prestadores de serviços?	X		30/01/2018	

- LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
41	O órgão ou entidade mantém registro das atas e das ações da comissão de licitação?	X		30/01/2018	
42	Os contratos celebrados pela administração no que tange à vigência, pagamento de parcelas, etc., são acompanhados por servidor designado para o mister?	X		30/01/2018	
43	Existem tabelas de registro de preços municipais elaborada pelo Poder Executivo municipal e os órgãos e entidades municipais fazem uso dela, compatibilizando os preços constantes das licitações com aqueles registrados nas mencionadas tabelas?	X		30/01/2018	

- OBRAS PÚBLICAS, INCLUSIVE REFORMAS					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
45	O cadastro de fornecedores de materiais, equipamentos e serviços destinados às obras é permanentemente mantido atualizado?	X		30/01/2018	
50	Foi indicada a dotação por onde deveria ocorrer a despesa?	X		30/01/2018	
52	É firmado contrato com a empresa executora, bem como complementado por termos aditivos quando for o caso?	X		30/01/2018	

MARIA LUIZA B. V. ZABAGLIA
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO****PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Administração de Pessoal**

- SISTEMA DE PESSOAL (ATIVO E INATIVO)					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
247	O estatuto dos servidores públicos municipais, foi atualizado após as últimas alterações constitucionais?		X	19/01/2018	NÃO TEMOS ESTATUTO
251	Os contratos temporários (ACTS), se extinguem no prazo previsto, não sendo renovados por sucessivas vezes?		X	19/01/2018	NÃO TEMOS CONTRATOS TEMPORARIOS
264	Na cessão de servidor para outro ente da federação é procedido mediante autorização legislativa e convênio, cumprindo desta forma o art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000?		X	19/01/2018	NÃO TEM SEÇÃO DE FUNCIONÁRIOS
283	O pagamento de serviços extraordinários a servidores, é precedido de requisição da chefia e aval da autoridade competente de acordo com o estatuto dos servidores públicos municipais?		X	19/01/2018	SOMENTE UMA PARCELA DAS HORAS EXTRAS SÃO PRECEDIDAS DE AUTORIZAÇÃO
235	O município possui e contribui com programas de qualificação e de aperfeiçoamento aos servidores públicos municipais?	X		19/01/2018	CURSOS
243	O setor possui controle adequado das horas extras realizadas pelos servidores municipais?	X		19/01/2018	MEDIANTE JUSTIFICATIVA DO DEPARTAMENTO
245	O setor tem realizado enquadramento, reenquadramento, transposição, progressão funcional, transferência e demais atos pertinentes à vida funcional do servidor?	X		19/01/2018	PROGRESSÃO FUNCIONAL MEDIANTE LEI
242	Existe uma comissão, para avaliação semestral dos servidores que se encontram em estado probatório, em cumprimento ao art. 41 da Constituição Federal de 1988?		X	19/01/2018	
273	Há legislação que regulamente, a admissão por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público?		X	19/01/2018	
274	Os servidores admitidos em caráter temporário são selecionados através de processo seletivo público?		X	19/01/2018	
276	O cadastro dos servidores públicos municipais, e dos agentes políticos, estão individualizados, e com o prontuário em que conste a "vida funcional" de cada um deles?		X	19/01/2018	
227	A designação de funcionários, estáveis ou de provimento efetivo, para cargos comissionados ou cargos de confiança está legalmente previsto em	X		19/01/2018	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Administração de Pessoal

- SISTEMA DE PESSOAL (ATIVO E INATIVO)					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
	lei?				
228	As faltas ao trabalho, sem justificativa, por servidores municipais, estão sendo rigorosamente descontadas em folha de pagamento?	X		19/01/2018	
229	Todos os acréscimos concedidos em folha de pagamento dos funcionários municipais, estão legalmente protegidos?	X		19/01/2018	
230	A investidura em cargo ou emprego público está atendendo a legislação municipal, combinando com o art. 37 inciso II, da Constituição Federal de 1988?	X		19/01/2018	
231	O referido setor tem posto em prática os dizeres do estatuto do servidor, concedendo direitos e cobrando as obrigações dos servidores públicos deste município?	X		19/01/2018	
232	As contribuições previdenciárias, parte do empregador e do empregado, são regularmente informados e efetuados os devidos recolhimentos?	X		19/01/2018	
233	As contribuições sociais para o PASEP, FGTS e INSS, são efetuadas nos prazos legais?	X		19/01/2018	
234	Os acúmulos remunerados de cargos públicos obedecem a legislação vigente, em conformidade ao art.37, inciso XVI, da Constituição Federal?	X		19/01/2018	
236	É exigida anualmente a renovação da declaração de imposto de renda e bens próprios, dos servidores municipais ocupantes de cargos comissionados?	X		19/01/2018	
237	As informações com relação a RAIS e DIRF, estão sendo feitas anualmente nos prazos legais?	X		19/01/2018	
238	São registradas em livro próprio ou arquivos magnéticos, em ordem cronológica, os editais de concurso público, contendo a citação de pelo menos o número com referência do ano, e a data do concurso?	X		19/01/2018	
239	As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores de cargo efetivo, as condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, conforme art.37 § V da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988?	X		19/01/2018	
241		X		19/01/2018	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Administração de Pessoal

- SISTEMA DE PESSOAL (ATIVO E INATIVO)					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
	Conforme o art. 37 § X da Constituição Federal, a remuneração dos servidores públicos e o subsídio, de que trata o § 4º do art. 39 da CF, são fixados ou alterados por lei específica?				
244	O referido setor juntamente com a contadoria geral do município tem controlado os percentuais financeiros, máximos a serem despendidos com despesas de pessoal?	X		19/01/2018	
246	O estatuto e o plano de cargos dos servidores encontra-se em conformidade com a legislação vigente?	X		19/01/2018	
248	Os atos de admissão e de demissão de pessoal, estão sendo publicados, fundamentado e embasado na legislação vigente?	X		19/01/2018	
250	Os servidores seletistas não estáveis estão em quadro em extinção? E as contribuições previdenciárias e o FGTS estão sendo corrigidos e recolhidos?	X		19/01/2018	
253	Todos os pagamentos (gratificação, vantagens), de parcelas remuneratórias incidem sobre o vencimento básico, evitando assim o efeito "cascata"?	X		19/01/2018	
255	O poder executivo municipal publica anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos públicos? (art. 39 inciso III § 6º da Constituição Federal).	X		19/01/2018	
256	Setor observa para não existir situações de vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal, conforme art.37, inciso XIII da Constituição Federal?	X		19/01/2018	
257	Existe um controle de férias e licenças, que são de direito de cada servidor, tomando providências para que não haja acúmulo das mesmas?	X		19/01/2018	
263	O setor possui quadro de pessoal e plano de carreira em conformidade o art. 39 § 1º e 8º da Constituição Federal?	X		19/01/2018	
265	Os pagamentos de vencimentos e vantagens pecuniárias são autorizados em lei e estão de acordo com o valor legalmente autorizado?	X		19/01/2018	
267	O setor só admite servidores mediante concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo	X		19/01/2018	

**PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA****PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO****Administração de Pessoal**

- SISTEMA DE PESSOAL (ATIVO E INATIVO)					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
	em comissão? (art.37 inciso II da Constituição Federal).				
268	As gratificações não diferenciam os servidores ocupantes do mesmo cargo ou função (efetivo, estável ou comissionado), de acordo com o princípio constitucional da isonomia e impessoalidade? (art. 37, caput da Constituição Federal de 1988).	X		19/01/2018	
269	Os recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art.195 incisos I e II da Constituição Federal, são utilizados unicamente para a realização de despesas e pagamentos de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal?	X		19/01/2018	
270	É efetivada a contribuição previdenciária do empregador e está sendo recolhidas as cotas de contribuição patronal à instituição de previdência, de acordo com o disposto no art.195 inciso I da Constituição Federal?	X		19/01/2018	
271	É efetivada a contribuição previdenciária dos empregados e estão sendo recolhida as cotas de contribuição à instituição devida, de acordo com o disposto no art.195 inciso II da Constituição Federal?	X		19/01/2018	
272	A legislação de pessoal está de acordo com as disposições constitucionais pertinentes?	X		19/01/2018	
275	As funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidor ocupantes de cargo de provimento efetivo?	X		19/01/2018	
277	Há estabelecimento prévio de escala de férias e há controle efetivo de férias?	X		19/01/2018	
278	A administração disponibiliza, quando necessário, aos seus servidores equipamentos de proteção individual - EPI?	X		19/01/2018	
279	O pagamento de adicionais de insalubridade e de periculosidade está de acordo com a legislação e de conformidade com laudo incidência promovido por profissionais de medicina do trabalho?	X		19/01/2018	
280	As licenças e afastamentos são concedidos de conformidade com a legislação de pessoal do município?	X		19/01/2018	
281	São determinados sindicâncias e processos	X		19/01/2018	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO
PADRÃO DO SISTEMA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Administração de Pessoal

- SISTEMA DE PESSOAL (ATIVO E INATIVO)					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
	administrativos, para apuração de responsabilidades funcionais dos servidores municipais?				
282	O salário-família pago aos servidores municipais, está de acordo com os valores devidos, obedecendo à faixa de limite de idade dos dependentes beneficiados? (art.7º, inciso XII e 39, § 3º da Constituição Federal).	X		19/01/2018	
284	Existe registro de controle de entrada e saída dos funcionários através de cartão ponto ou livro ponto?	X		19/01/2018	

- REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
262	O município instituiu o regime previdenciário para os servidores, conforme previstos no art. 40 da Constituição Federal?	X		19/01/2018	


GERSON APARECIDO DELINARDI
SUPERVISOR DEPARTAMENTO PESSOAL



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - BA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Administração de Pessoal

- SISTEMA DE PESSOAL (ATIVO E INATIVO)					
CÓD.	ITEM	SIM	NÃO	DATA	OBS.
11	São feitos e mantidos atualizados registros das pensões e aposentadorias concedidas, identificando os nomes dos beneficiados e as respectivas fundamentações legais?		X	30/01/2018	NÃO FORAM CONCEDIDAS PENSÕES E APOSENTADORIAS
15	Os servidores inativos e pensionistas são periodicamente recadastrados?		X	30/01/2018	TEMOS SOMENTE UM SERVIDOR INATIVO
16	É feito acompanhamento de contratos de servidores por tempo determinado, analisando sua legalidade e visando a observância das obrigações contratuais neles contidas?		X	30/01/2018	NÃO TEMOS CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
13	A entidade utiliza de programas de capacitação continuada de servidores e empregados?	X		30/01/2018	CURSOS
9	Existem registros/fichas funcionais e financeiras individualizados dos servidores do órgão ou entidade, aí se incluindo os ocupantes de cargos de provimento permanente ou efetivos, ativos e inativos, de cargos de provimento temporários (cargos em comissão) e os empregados contratados sob o regime celetista?	X		30/01/2018	
10	São feitos registros contendo dados pessoais dos servidores e empregados, atos e datas de admissões, cargos ocupados ou funções exercidas, lotações, remunerações e alterações ocorridas em suas vidas profissionais?	X		30/01/2018	
12	Existem controles de frequências em arquivos e prontuários atualizados e organizados?	X		30/01/2018	
14	Existe segregação das funções de cadastro e de folha de pagamento?	X		30/01/2018	
18	Os gastos com folhas de pagamento dos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal são analisados quanto a legalidade e legitimidade?	X		30/01/2018	
19	Existe geração constante e freqüente de relatórios gerenciais relativos aos recursos humanos dos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal?	X		30/01/2018	
20	Estão sendo cumpridos os limites relativos a despesa de pessoal estabelecidos por legislação federal?	X		30/01/2018	



PROGRAMA DE TRABALHO DO CONTROLE INTERNO

TCE - BA

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO

Administração de Pessoal



GERSON APARECIDO DELINARDI
SUPERVISOR DEPARTAMENTO PESSOAL